

100 dias de gestão

Comissão Diretora biênio 2013 – 2014
Presidente: senador Renan Calheiros

1º vice-presidente: senador Jorge Viana

2º vice-presidente: senador Romero Jucá

1º secretário: senador Flexa Ribeiro

2ª secretária: senadora Angela Portela

3º secretário: senador Ciro Nogueira

4º secretário: senador João Vicente Claudino

Economia, eficiência e transparência

SENADO FEDERAL





1000

dias de gestão

Comissão Diretora biênio 2013–2014

Presidente: senador Renan Calheiros

1º vice-presidente: senador Jorge Viana;

2º vice-presidente: senador Romero Jucá;

1º secretário: senador Flexa Ribeiro;

2ª secretária: senadora Angela Portela;

3º secretário: senador Ciro Nogueira;

4º secretário: senador João Vicente Claudino;

Senado Federal

Mesa

Biênio 2013–2014

Senador **Renan Calheiros**

Presidente

Senador **Jorge Viana**

Primeiro-vice-presidente

Senador **Romero Jucá**

Segundo-vice-presidente

Senador **Flexa Ribeiro**

Primeiro-secretário

Senadora **Ângela Portela**

Segunda-secretária

Senador **Ciro Nogueira**

Terceiro-secretário

Senador **João Vicente Claudino**

Quarto-secretário

Suplentes de secretário

Senador **Magno Malta**

Senador **Jayme Campos**

Senador **João Durval**

Senador **Casildo Maldaner**

100

dias de gestão

Comissão Diretora biênio 2013–2014

Presidente: senador Renan Calheiros

1º vice-presidente: senador Jorge Viana;

2º vice-presidente: senador Romero Jucá;

1º secretário: senador Flexa Ribeiro;

2ª secretária: senadora Angela Portela;

3º secretário: senador Ciro Nogueira;

4º secretário: senador João Vicente Claudino;

**Medidas adotadas nos
cem primeiros dias de gestão da
Comissão Diretora do Senado Federal
no biênio 2013–2014**

Brasília, 2013

SENADO FEDERAL





APRESENTAÇÃO

A nova Mesa Diretora do Senado Federal tem pautado seus trabalhos pela busca da economia, transparência e eficiência. As medidas adotadas, apenas nos primeiros 100 dias da nova gestão, implicarão em uma economia superior a 303 milhões de reais no biênio 2013/2014.

As medidas envolveram cortes de funções, fusões e incorporações de estruturas administrativas, revogação de privilégios, revisão e extinção de contratos, proibição de novas contratações, bloqueio de cargos, ampliação da jornada de trabalho, rodízio de diretorias e aprofundamento da transparência.

O fortalecimento do papel institucional do Senado também foi contemplado com a revisão de leis superadas pela ação do tempo, modernização de estruturas internas, com o reforço do papel fiscalizador da instituição, com as discussões do pacto federativo e aprovação de projetos de alcance social, como o que igualou os direitos trabalhistas dos empregados e empregadas domésticas.

Esta é uma prestação de contas - apenas parcial - dos primeiros 100 dias. O trabalho de aproximar ainda mais o Senado Federal da sociedade é incessante e não será interrompido.

SUMÁRIO

PAUTA ADMINISTRATIVA.....	8
Racionalização e redução de despesas do Senado	9
Reforma administrativa.....	14
Serviço Médico.....	16
Reestruturação de órgãos internos.....	18
Transparência.....	19
Conselho da Transparência.....	19
Publicação no Portal da Transparência.....	20
Divulgação das medidas e resultados.....	21
Acessibilidade.....	21
Mulheres.....	23
Modernização do Senado.....	24
Relações institucionais.....	25
Comunicação Social.....	26
Política de capacitação.....	27
PAUTA LEGISLATIVA.....	30
Instalação de comissões especiais.....	31
Atribuições do Senado.....	33
Pacto federativo.....	34
Aprovação de matérias de interesse da sociedade.....	36
Processo legislativo.....	38
Brasil mais fácil.....	40
Outras matérias apreciadas nos primeiros 100 dias.....	41



Reunião da Mesa Diretora

PAUTA ADMINISTRATIVA

Racionalização e redução de despesas do Senado

- Um conjunto inicial de medidas de racionalização administrativa vai permitir um ganho de eficiência, economicidade e transparência. Em síntese, **no biênio, as despesas do Senado serão reduzidas em cerca de R\$ 303 milhões.**

Uma parte desta redução se dará por meio de corte em ações de custeio e outra será obtida com a antecipação de iniciativas da reforma administrativa.

- **Extinção e redução de vários contratos de terceirização que vencem em 2013 (R\$ 81,2 milhões de economia no biênio):**

Redução de 512 pessoas na área de apoio administrativo

Redução de 61 pessoas no arquivo

Redução de 20% no contrato de vigilância

Redução de 25% no contrato de jardinagem

Redução de 10% dos postos da Central de Atendimento do Prodasen

Redução de 10% no contrato de mão de obra da Gráfica

- Retomada dos **apartamentos funcionais de senadores cedidos a membros do Poder Judiciário** e imediata cobrança de aluguel. Ocupantes pagarão taxa de ocupação e deverão elaborar cronograma de devolução dos imóveis. Economia de R\$ 1,7 milhão no biênio.
- **Redução de tiragem das obras do Conselho Editorial**, o que resultará na economia de R\$ 4,6 milhões.
- **As ligações interurbanas e internacionais foram racionalizadas com redução imediata de custos:**

1) apenas 30% dos aparelhos da área administrativa do Senado têm permissão para efetuar ligações para celular ou interurbanos (DDD);

2) não são permitidas ligações interurbanas (DDDs) e internacionais (DDIs) nos aparelhos fixos da área administrativa do Senado após as 21h e também nos finais de semana;

3) redução de 50% dos custos das ligações internacionais (DDIs) de aparelhos fixos, por meio da definição de teto para tais ligações, com base nos valores pagos em 2012.

- **Proibição de celebração de contratos emergenciais.** Quando for o caso, será avaliada a possibilidade de redimensionamento de contratos já existentes.
- Obrigatoriedade de que as **reuniões de comissões técnicas** (não parlamentares) sejam realizadas exclusivamente em Brasília. Economia de 500 mil reais no biênio.
- **Encerramento do programa de distribuição de kits de informática** para câmaras municipais gerido pelo Interlegis, com economia de R\$ 7 milhões.
- Possibilidade de **aglutinação de duas ou três funções comissionadas** de níveis mais baixo em uma de maior nível de responsabilidade, permitindo assessoramento mais capacitado, ao mesmo tempo em que se consegue, em cada operação de aglutinação, economia de 25% a 40% do valor das FCs aglutinadas (o valor de três FCs-1 ou de duas FCs-2 é superior ao de uma FC-3). Economia estimada de 800 mil reais.
- **Extinção da lotação de servidores no antigo “Senadinho”** do Rio de Janeiro.

- **Extinção do serviço de oficinas e lanternagem** do Senado, bem como do modelo de veículos próprios, que foram encaminhados a leilão. A área será convertida em almoxarifado.
- Os espaços antes utilizados pelo Serviço Médico e o Almoxarifado serão destinados a outras unidades de serviço da Casa, entre elas a TV.
- **Doação de equipamentos hospitalares.** Cerca de 300 equipamentos médicos foram doados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do governo do Distrito Federal. São eletrocardiográficos, ecógrafos, raios-x, dispensários eletrônicos, monitores de autorrefratores, desfibriladores, entre outros, que já estão disponíveis para o atendimento da população.



Senadores usam tablets para substituir papel

Foto: José Cruz/Agência Senado

- Determinação para que a Secretaria-Geral da Mesa divulgue o **Relatório da Presidência, de aproximadamente mil páginas, apenas em meio digital**, deixando de fazer a impressão em papel.
- Mudança em relação à **impressão do *Diário do Senado* e do *Diário do Congresso Nacional*, que deixarão de ser prioritariamente impressos.**
- **Suspensão do serviço de transporte circular** Senado/Rodoviária, com economia de R\$ 240 mil no biênio. Verificou-se que o transporte apresentava baixa demanda e que as empresas usavam dele para deixar de cumprir suas obrigações contratuais de fornecer transporte aos terceirizados;
- Determinou-se **ampla revisão de todos os contratos do Senado**, inclusive o de emissão de passagens aéreas, de serviços postais e de fornecimento de energia, visando à racionalização e eficiência.
- Determinou-se o lançamento de **edital para concessão da gestão da folha de pagamentos do Senado Federal**, a fim de obter recursos para investimentos. O processo está em fase de precificação da folha, feita por consultores internos. Ao evitar a subcontratação desse estudo, o Senado economizou R\$ 350 mil.

- Adotou-se **novo formato padrão dos livros** a serem impressos no Senado, com leitura mais confortável, que propiciará uma economia de mais de 30% em papel, ao evitar desperdício com cortes e aparas.

Reforma administrativa

- **Extinção de 500 funções de chefia e assessoramento**, correspondendo a 25% do total de funções, gerando uma economia de R\$ 26 milhões em dois anos.
- **Limitação do fracionamento** dos 12 cargos em comissão nos gabinetes parlamentares a no máximo 55 cargos. Anteriormente o fracionamento podia chegar a 80 cargos.
- **Proibição de novas nomeações** para carreiras nas áreas de Polícia Legislativa, Saúde e Assistência Social.

Estão vedadas nomeações para carreiras nas áreas de Polícia Legislativa (117 cargos bloqueados), de Saúde e Assistência Social (42 cargos bloqueados, sendo 28 de analistas e 14 de técnicos de saúde e assistência social).

- **Ampliação da jornada de trabalho**, na modalidade corrida, para sete horas, totalizando um aumento de 50 mil horas úteis de trabalho por mês para o Senado, o que possibilitará o adiamento ou diminuição de contratações para reposição de aposentadorias e a supressão de horas-extras. Economia estimada de 160 milhões no biênio.
- A **chefia de gabinete dos senadores** poderá ser exercida por servidor ocupante de cargo comissionado já existente. Nesse caso, a função de chefia de gabinete destinada a servidor efetivo fica bloqueada, gerando economia de R\$ 67 mil por ano em cada gabinete. Considerando-se apenas os gabinetes dos 81 senadores, a economia anual chegaria a R\$ 5,5 milhões.
- Em cada um dos gabinetes parlamentares, de lideranças e de membros da mesa **foi extinta uma função comissionada** de assistente técnico. No conjunto, foram eliminadas 101 funções comissionadas.
- **Rodízio para os cargos de diretor de Compras e Contratações** e de diretor do **Controle Interno**, com prazo de permanência máximo de dois anos no cargo.

Serviço Médico

- Serviço Médico (SAMS): **extinção do Serviço Ambulatorial**, totalizando uma economia de R\$ 6 milhões. Parte dos servidores foi incorporada aos serviços de emergência e de perícia. Outros profissionais foram cedidos ao governo do Distrito Federal (G.D.F.).
- Pelo acordo, **o Senado cedeu os médicos e receberá profissionais na área de informática, gestão de políticas públicas e manutenção predial**, em que é carente.
- O Senado igualmente doou ao GDF, após aprovação de resolução em Plenário, **os equipamentos hospitalares e medicamentos que eram utilizados no SAMS** e que serão importantes para melhorar o atendimento médico da população de Brasília e do Entorno.

A eliminação do atendimento ambulatorial no Serviço Médico (SAMS), que passará a atender apenas emergências, representará economia de R\$ 6 milhões com suprimentos hospitalares e despesas administrativas. Foram cedidos ao SUS 21 médicos, 1 odontólogo, 3 técnicos de radiologia, 4 técnicos de enfermagem, 2 enfermeiros. O grupo já se encontra servindo formalmente à Secretaria de Saúde do GDF.

Quanto às medidas administrativas no Serviço Médico do Senado, é muito importante ressaltar que o Senado já oferece a seus servidores, mediante contrapartida, um plano de saúde compatível com o mercado privado de assistência médica, nos moldes daqueles existentes nos tribunais e em outros órgãos da administração pública. No entanto, ao mesmo tempo oferecia uma estrutura integralmente custeada pela União com consultas e exames, sem contrapartida. A partir de agora o atendimento gratuito é limitado exclusivamente às emergências, além das funções institucionais de perícia médica e medicina do trabalho.

- O Sistema de Saúde do Senado Federal (SIS) firmou **convênio de gestão de seu plano de saúde com a Caixa Econômica Federal**, a exemplo do que já ocorre com a Câmara dos Deputados.

O convênio com a Caixa ajudará na redução de custos administrativos, pela supressão de tarefas burocráticas realizadas antes por servidores e estruturas do Senado. Hoje, o SIS tem 15 mil beneficiários e orçamento anual de cerca de R\$ 130 milhões, sendo que os servidores contribuem com quase R\$ 50 milhões/ano, além de receitas financeiras de quase R\$ 12 milhões. Tudo isso representará o fortalecimento da gestão financeira e atuarial do SIS, por meio da adoção de medidas

como o sistema de perícia prévia (para que se possa aferir previamente o real valor a ser pago aos médicos e convênios) e de outros métodos modernos de gestão financeira e atuarial do fundo de reserva.

Reestruturação de órgãos internos

- **Fusão, extinção e incorporação de secretarias e serviços**, com economia de R\$ 4 milhões

Promoveu-se racionalização inicial e indispensável nas estruturas administrativas do Senado, visando eliminar redundâncias e superposições de órgãos, com evidente racionalização, aumento de eficiência e redução de custos.

Assim, já foram aglutinados setores com atividades afins, como ILB, Interlegis e Unilegis, Secretarias de Engenharia, Telecomunicações e de Técnica Eletrônica, Arquivo, Biblioteca e Secretaria de Informação e Documentação; além disso a Secretaria de Recursos Humanos incorpora a Secretaria de Estágios; a Secretaria de Patrimônio incorpora Secretaria de Serviços Gerais; entre outros.

- **Unificação dos processos administrativos** (gestão de contratos, recursos humanos e assessoramento jurídico) do Prodasen e da Gráfica, permitindo melhor controle da gestão, ao mesmo tempo que se economiza o pagamento das funções comissionadas.
- Instalação do **Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica** do Senado, que se reunirá com periodicidade mensal. Trata-se de compromisso com a mudança de cultura administrativa da Casa.

Transparência

Conselho de Transparência

- A Comissão Diretora **criou a Secretaria da Transparência** para o Senado Federal **e o Conselho de Transparência** vinculado à Presidência do Senado.
- O conselho tem como representantes da sociedade civil os senhores Claudio Abramo (Transparência Brasil), Jorge Abrahão (Instituto Ethos) e Maurício Azedo (Associação Brasileira de Imprensa – ABI).

Publicação no Portal da Transparência

- Publicação no portal dos **dados referentes a proventos e pensões de servidores inativos e pensionistas**, bem como de ex-senadores.
- Publicação no portal **da descrição dos bens e serviços contratados com recursos da verba indenizatória**. Até então só constava data, valor, categoria de despesa e empresa contratada.
- **Determinação para publicação** no portal **dos extratos dos cartões corporativos em uso no Senado Federal**.



Imagem: Divulgação

Divulgação das medidas e resultados

- **Painéis eletrônicos**, instalados em oito pontos de circulação de público no edifício-sede do Senado, informarão os recursos economizados pelo Senado, com atualização diária, ampliando a transparência das despesas e da execução das medidas de austeridade.
- A cada quatro meses, será informado à Comissão Diretora e publicado, para conhecimento dos senadores e da sociedade, **balanço detalhado com os montantes economizados** em razão dos ajustes e da racionalização administrativa.
- Projeto de lei determinando a criação de um **CNPJ específico** para a gestão da verba indenizatória de cada gabinete parlamentar, para ampliar a transparência e o controle de despesas, de forma que a conta bancária não se misturará com as despesas pessoais do parlamentar.

Acessibilidade

- Determinação para instalação de plataforma elevatória que conduza à tribuna do Senado, beneficiando pessoas com necessidades especiais.

- Determinação para construção de acesso para deficientes à mesa do Plenário, atrás do painel decorativo.
- **Sinalização em Braile** foi instalada em todas as dependências do edifício-sede do Senado Federal, bem como adaptação para pessoas com deficiência visual das escadas, elevadores e saídas de emergência.

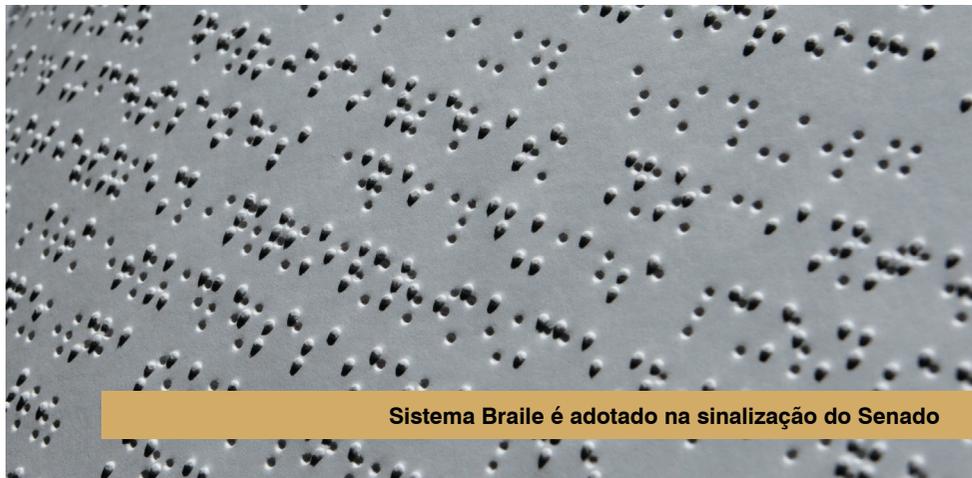


Foto: Ueslei Marcelino/Supres Senado

Sistema Braile é adotado na sinalização do Senado

- **Revisão de todo o plano de acessibilidade** do Senado Federal
- A Mesa do Senado instituiu a **Política de Responsabilidade Socioambiental** do Senado, com diretrizes de acessibilidade, de abertura de oportunidades sociais de gênero e raça, e com critérios de gestão de resíduos e aproveitamento de recursos ambientais.

Mulheres

- Senado **criou e implantou a Procuradoria da Mulher**, sem aumento de custos ou criação de cargos.
- Foi empossada a senadora Vanessa Grazziotin como Procuradora Especial da Mulher.
- Anunciada **cooperação técnica entre o Senado e a Secretaria de Políticas para as Mulheres** para o intercâmbio de conhecimentos e troca de experiências na promoção dos direitos das mulheres.



Modernização do Senado

- Aprovação, pela Comissão Diretora, do **Planejamento Estratégico do Senado Federal**, com ações para os primeiros 100 dias de gestão, bem como metas de curto, médio e longo prazos. O Senador Flexa Ribeiro relatou a matéria.

As ferramentas do planejamento estratégico e da governança corporativa serão adotadas como rotina e cultura permanente da Casa. Isso é fundamental para melhorar a capacidade de previsão administrativa, favorecendo ações eficientes e que exijam menor dispêndio financeiro.

- Determinação para criação do **Portal do Congresso**.
- Determinação para **criação do Portal para as Comissões do Senado**.
- Criação da **Comissão do Senado do Futuro**, nos moldes das experiências exitosas verificadas em outros países, em especial no Chile.
- **Ampliação da cobertura da rede sem fio (wireless)**, a fim de cobrir 100% das dependências da Casa (término da implantação: julho/2013).

- Disponibilização de aplicativo para celulares e tablets com discursos históricos do Parlamento brasileiro. Inicialmente, foram disponibilizados 40 pronunciamentos, a partir da seleção de 1998, *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*.

Relações institucionais

- O **Senado Federal**, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, e o **Conselho da Justiça Federal** firmaram um termo de cooperação técnica com o objetivo de estabelecer intercâmbio técnico-científico e cultural e a troca de conhecimentos, informações e experiências entre as duas instituições.
- Por meio de parceria institucional, o **Tribunal de Contas da União (TCU) acompanhará e auditará as licitações efetuadas pelo Senado Federal** para que haja maior economicidade e eficiência nas compras e contratos da Casa. A decisão ficou estabelecida em reunião entre o presidente Renan, o primeiro-secretário Flexa Ribeiro, o presidente do TCU, Augusto Nardes, e o vice-presidente, Aroldo Cedraz.

Comunicação Social

- Anunciada **TV Senado em canal aberto e digital no Rio de Janeiro**, com início de operações até agosto.



Foto: Célio Azevedo / Agência Senado

- Projeto de resolução para deliberação do Plenário instituindo a cobertura pelo sistema de comunicação do Senado Federal, com critérios previamente definidos, da **atividade política dos senadores nos estados**.

Para realizar a cobertura da atividade parlamentar dos senadores nos respectivos estados, a Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) realizará programas com identidade local e disseminará informações evidenciando as ações legislativas dos senadores nos estados. Houve várias reuniões com assessores de imprensa dos senadores e projeto de resolução sobre o tema está em tramitação.

Política de capacitação

- Com a fusão do ILB, Interlegis e Unilegis, as **ações de capacitação** e disseminação de conhecimento legislativo ganharam mais eficiência e agilidade, voltadas agora para o aperfeiçoamento da gestão e do processo legislativo.

A política de formação dos servidores, sobretudo, é fundamental em momentos de mudanças administrativas. Além do papel de **estímulo, incentivo e motivação**, a política de treinamento será direcionada à formação de **excelência dos gestores** para atuar no processo legislativo e nas atividades administrativas.

1) lançamento do Curso de Gestão do Senado Federal, focado na qualidade do processo legislativo e na eficiência administrativa;

2) primeiros cursos de pós-graduação, com certificação própria do Senado Federal, que foram aprovados após criteriosa avaliação do MEC, que são: Comunicação Legislativa, Administração e Gestão Legislativa, Ciência Política e Direito Legislativo.

- **Reformulação da grade de cursos do ILB** para priorizar conhecimentos de processo legislativo e de gestão administrativa, suspendendo cursos de inglês e espanhol, entre outros. Economia no biênio: R\$ 450 mil.
- Treinamento e qualificação da Polícia do Senado, a fim de que adote um **modelo de polícia cidadã**, respeitando o direito à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que promova a proteção da integridade das pessoas e do patrimônio do Senado, devendo tal postura ser estendida aos serviços de vigilância e recepção.
- Lançamento dos editais para seleção de alunos dos cursos de pós-graduação com certificação própria do Senado, na qualidade de Escola de Governo, após autorização do MEC. Os primeiros cursos são os de **Administração e Gestão Legislativa** e de **Direito Legislativo**.

Posse da senadora Lúcia Vânia como Ouvidora



Comemoração no Plenário do Senado pela aprovação da PEC das Domésticas



Foto: Moreira Mariz/Agência Senado

PAUTA LEGISLATIVA

Instalação de comissões especiais

- Instalação de comissão de juristas para rever a **Lei de Arbitragem**

No âmbito da Lei de Arbitragem, espera-se que os estudos da comissão tragam mecanismos e possibilidades legais de resolução rápida de problemas que acabam “abarrotao” os tribunais. Regras equilibradas no processo de arbitragem também ajudarão a melhorar o ambiente institucional de negócios no Brasil, já que muitos dos conflitos na área comercial poderão ser solucionados no modelo arbitral, reduzindo bastante o tempo (e, portanto, os custos das empresas), além de reduzir a insegurança jurídica.



Instalação da comissão de juristas destinada a elaborar anteprojeto do novo Código Comercial.

Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

- Instalação de comissão de juristas para rever a **Lei de Execuções Penais**

Objetiva-se aprimorar o sistema de execução penal do país, de maneira que as instituições possam atuar de maneira mais organizada no processo de execução das penas, inclusive na perspectiva de aprimorar a política carcerária no Brasil, cujo modelo já demonstrou está absolutamente exaurido.

- Instalação de comissão de juristas para elaborar anteprojeto de atualização ou substituição do **Código Comercial**

O Código Comercial, que regula o funcionamento de empresas e títulos de crédito no Brasil, data de 1850 e já foi parcialmente derogado pelo Código Civil. Sua revisão tornou-se urgente e necessária.

- Instalação de comissão parlamentar mista para tratar da **regulamentação de dispositivos constitucionais e consolidação da legislação federal**

A Constituição federal de 1988 contém 25 dispositivos ainda pendentes de regulamentação por meio de leis complementares e 117 dispositivos pendentes de regulamentação por meio de leis ordinárias. Além disso, o Brasil possui mais de 183 mil diplomas normativos, defasados e contraditórios entre si, necessitando de um urgente trabalho de consolidação normativa.

Atribuições do Senado

- Aprovado projeto para regulamentar o comparecimento anual ao Senado dos **diretores de agências reguladoras para prestarem contas.**

A partir de agora, os dirigentes das agências reguladoras, além dos ministros das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça, prestarão contas anuais ao Senado Federal. Isso foi possível com a alteração do Regimento Interno da Casa, de maneira que o Senado possa aferir periodicamente as políticas das agências reguladoras, cujos regulamentos e normas afetam, de fato, a vida das pessoas e das instituições. Esse controle legislativo, agora a cargo do Senado, melhorará a atuação das agências e possibilitará correção de rumos das instituições.

- Aprovada resolução que regulamenta a competência do Senado de **avaliar periodicamente o Sistema Tributário Nacional**, conforme determina o artigo 52, XV, da Constituição federal.

Foi aprovado o Projeto de Resolução 27/2007, do senador Renan Calheiros, que regulamenta a avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional pelo Senado. A aprovação cumpre dispositivo constitucional, que permitirá ao Senado, entre outras coisas:

a) aferir a carga tributária que recai sobre a atividade produtiva,

b) discutir a distribuição das receitas tributárias entre a União, estados e municípios,
c) medir os efeitos da política tributária na redução dos desequilíbrios regionais e
d) enfrentar a burocracia tributária, a complexidade da legislação dos tributos e os efeitos disso tudo nos custos das instituições.
Mais importante de todo esse processo é o fortalecimento do Senado como verdadeira Casa da Federação, porque a questão tributária é, em essência, um dos principais pontos do debate federativo moderno.

- Celebração dos **190 anos do Congresso Nacional**, com sessão solene e outras iniciativas.
- Programa de **comemoração dos 25 anos da Constituição de 1988**.

Pacto federativo

- O Senado passa a exercer cada vez mais seu papel de protagonista nas discussões federativas, sobretudo nas relações financeiras entre a União, estados e municípios. O Presidente do Senado, junto com o presidente da Câmara e as lideranças partidárias, **recebeu os governadores dos estados e os prefeitos das capitais**, que trouxeram importantes sugestões.



Foto: Gerardo Magela/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe governadores e prefeitos

- O presidente do Senado **determinou a implantação do Banco de Dados da Federação**, que estará a serviço dos senadores e comissões até o final de junho.

O Banco de Dados da Federação reunirá informações e estatísticas sobre a economia, finanças e demais aspectos sociais relevantes da União, estados e municípios. A instituição do banco é fundamental para melhorar, cada vez mais, a qualidade das deliberações do Senado e do Congresso Nacional, sobretudo em temas que envolvam relações financeiras e fiscais entre os entes federados.

- Constituída comissão, não remunerada, para gerir e acompanhar o Banco de Dados da Federação.

Aprovação de matérias de interesse da sociedade

- PEC das Domésticas

Aprovação e promulgação da PEC das Domésticas, que verdadeiramente merece ser chamada de PEC da Igualdade, responsável por remover do quadro jurídico e social brasileiro uma distinção inaceitável entre trabalhadores urbanos e os domésticos, resquício da era escravocrata.



Foto: Moreira Mariz/Agência Senado

- Fim do pagamento do 14º e 15º salários a deputados e senadores.
- Aprovação do Orçamento da União para 2013.

- **Apreciação dos vetos à Lei dos Royalties do petróleo**

Para concluir o processo legislativo previsto na Constituição federal, o Congresso Nacional deliberou sobre os vetos à lei que reformula o pagamento de royalties pela exploração de petróleo no Brasil. A Lei dos Royalties originalmente reduzia a participação da União e ampliava a participação de estados e municípios não produtores na divisão dos recursos arrecadados com a exploração do petróleo, tanto de contratos em vigor quanto de futuros. O texto estabelece como critérios de partilha os mesmos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A União deixava de receber 30% dos royalties para receber 20%. Os estados produtores tinham a participação reduzida de 26,25% para 20%, e os municípios, de 26,25% para 15%. Estados e municípios não produtores subiam de 7% e 1,75%, respectivamente, para 21% para cada grupo. Com os vetos, os contratos já em vigor mantinham os antigos percentuais em que a maior parte dos recursos era destinada a estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo. Os novos percentuais valeriam apenas para os contratos futuros.

- **Aprovação do projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da cirurgia reparadora** para mulheres que tenham sido mastectomizadas, total ou parcialmente, como consequência de tratamento câncer.
- **Instituição do Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas.**

- **Ampliação da idade-limite de crianças e adolescentes** que compõem as unidades familiares **beneficiárias do Programa Bolsa Família** elegíveis ao recebimento do benefício para superação da extrema pobreza.
- Aprovação do **Estatuto da Juventude**, que já tramitava no Congresso há mais de oito anos.



Processo legislativo

- Sessões de **debates e votações temáticas** com o objetivo de aprofundar discussões e agilizar a apreciação de temas importantes para o país.

O Senado aprovou proposta do presidente da Casa, senador Renan Calheiros, de criar as sessões com debates temáticos no Plenário. A intenção é justamente aumentar as discussões entre senadores, criando uma pauta própria de temas prioritários para a Casa.

- Criada comissão parlamentar para **reforma do Regimento Comum** do Congresso.
- **Reforma do Regimento Interno** do Senado.
- Determinados estudos para buscar uma solução rápida à banalização das medidas provisórias (MPs) pelo Executivo e para a limpeza da pauta de vetos presidenciais.
- Definição dos critérios e dos **projetos prioritários para instituir a tramitação expressa** de matérias legislativas.

Reunião com os presidentes das comissões permanentes do Senado Federal para definir prioridades e mecanismos de tramitação expressa (“Lei Expressa”) de projetos prioritários para o país. O mecanismo proporcionará uma tramitação mais rápida de matérias legislativas associadas às demandas urgentes da sociedade organizada.

- Foi desenvolvida **nova cédula para votação dos vetos**, de preenchimento mais rápido, e que permitirá nova sistemática de apuração, por leitura ótica dos votos, ao invés de digitação, o que agilizará a apuração.
- Implementada maior **interatividade nas audiências públicas** das comissões permanentes. Participação dos cidadãos, em tempo real, por meio do Portal e-Cidadania.
- Devolução simbólica do **mandato de Luís Carlos Prestes**.

Brasil mais fácil

- Presidente do Senado propõe votação, em regime especial, de projetos que favoreçam o ambiente econômico, social e empresarial, o que chamou de Brasil mais fácil, com consequências para a produção, o investimento e a renda nacional. Já foi realizada, em abril, reunião com presidentes de comissões, para que a CAE priorize e agilize a tramitação de projetos de consenso na Casa.
- Aprovação da criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa

A criação da Secretaria da Micro e Pequena Empresa fortalecerá as políticas de desenvolvimento dos pequenos e médios empreendedores brasileiros. A medida dará mais eficiência a atuação do poder público em favor de milhões de pequenos negócios, através da ampliação de medidas de crédito financeiro, em condições de pagamento mais competitivas e adequadas.

Outras matérias apreciadas nos primeiros 100 dias

- **Acordo Brasil-Estados Unidos de combate à lavagem de dinheiro.** O Plenário do Senado aprovou um projeto de decreto legislativo que facilita a cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos no combate à lavagem de dinheiro. Na prática, o acordo facilita investigações de pessoas acusadas de movimentações financeiras criminosas. A proposta facilita a troca de informações sobre tributos e impostos de contribuintes entre os países, permitindo, inclusive, o acesso mútuo das autoridades brasileiras e americanas aos respectivos bancos de dados.
- **Acordo Brasil-Alemanha,** para cooperação em matéria de defesa.
- **Acordo Brasil-Sérvia** sobre isenção de vistos.

- Aprovação das 20 indicações de chefe de missão diplomática, seis indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público, três para o Conselho Nacional de Justiça e as indicações para as agências Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Agência Nacional do Cinema (ANCINE).
- Aprovação de medidas provisórias que envolvem importantes políticas públicas para os estudantes universitários, infraestrutura de transporte, serviços hospitalares, programas como o Brasil Carinhoso e o Bolsa Família e que trazem ajuda financeira para estados e municípios.

MP 582/2012: amplia a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores, como transporte, engenharia e serviços hospitalares.

MP 585/2012: dispõe sobre auxílio financeiro de R\$ 1,95 bilhão para os estados e municípios exportadores.

MP 588/2012: abertura de crédito de mais de R\$ 1,6 bilhão para o FIES.

MP 589/2012: dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

MP 590/2012: amplia a idade-limite de crianças e adolescentes que compõem as unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família elegíveis ao recebimento do benefício para superação da extrema pobreza.

SENADO FEDERAL



Este relatório foi impresso na cota
do senador Renan Calheiros,
conforme dispõe o Ato nº 6, de 2002.

